



Alexandre Gaiofatto de Souza e Márcio Holanda Teixeira são, respectivamente
Está em vigor desde o dia 29/1/2014 a Lei 12.846/13, cuja finalidade primordial é ati
Basicamente, a nova lei compreende dois requisitos para sua aplicação no caso co
Numa análise sistemática na nova legislação, podemos assim sintetizar seus princ
(i) Quem está sujeito: sociedades empresárias e sociedade s
(ii) Responsabilidade: Objetiva, nas esferas cível e administra
(iii) Condutas descritas pela nova lei como ilícitas: a) Prometer
(iv) Penalidades administrativas e judiciais: a) Multa de 0,1% e 2
(v) Acordo de leniência: Caso a pessoa jurídica colabore efetiv
(vi) Prescrição: 05 (cinco) anos contados da data da ciência da i
Em suma, o principal fator de risco às empresas são as denúncias porventura fals
Essa nova realidade torna imprescindível às empresas conceber e implantar Códig
Desta maneira, ações de compliance deverão ser doravante concretamente incenti

Fonte: DCI – SP